MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROC. N.º 0000265-77.2013.4.05.8404 12ª VARA **AC 578815 RN**

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

APELADO: FRANCISCO LINDUARTE LOPES E FRANCISCA DILCICLEIA LOPES DE SOUZA

RELATOR: DES. FEDERAL FERNANDO BRAGA – SEGUNDA TURMA

PARECER N.º 6682/2015

Cuida-se de apelações interpostas pelo Ministério Público Federal e por Francisco Linduarte Lopes e Francisca Dilciléia Lopes de Souza, em face da sentença proferida pelo juiz da 12ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, que julgou procedente a ação civil pública condenando os réus pela prática de ato de improbidade, aplicando-lhes as seguintes sanções: suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 anos,; pagamento de multa civil no valor de R\$ 2.000,00; proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 5 anos, por estarem incursos no artigo 10, inciso XII, da Lei 8.429/92.

Insurgem-se os réus, alegando, em síntese, inexistência de ato ímprobo, ausência de dano ao erário e inexistência de dolo ou culpa. Requerem ao final, o provimento do recurso para julgar improcedente a ação proposta.

Por sua vez, recorre o Ministério Público, objetivando a condenação do réu Francisco Linduarte Lopes, à perda da função pública, não mencionada na sentença e negada na decisão que julgou os embargos de declaração.

O Ministério Público ingressou contra os apelantes, via ação civil pública por ato de improbidade, requerendo a condenação de ambos os réus com base no artigo 12, II, da Lei 8.429/92.

A ação foi julgada procedente sendo aplicada aos réus as penas previstas para a hipótese, à exceção da perda da função pública no tocante ao réu servidor público.

Por sua vez, os réus pretendem com o recurso interposto, a reforma total da sentença para inocentá-los da conduta imputada pelo autor, ao argumento de inexistência de conduta ímproba.

Conforme apurado na instrução, a ré Francisca Dilciclélia, filha do co-réu Francisco Linduarte, exercia atividade ilícita em prejuízo do IBAMA, em vista da facilidade da função exercida por seu genitor, intermediando a facilitação de licença ambiental, em troca de pagamento financeiro, para determinadas empresas, infringindo as normas legais vigentes e princípios que regem a administração pública.

Tal prática consistia na inserção de dados falsos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, utilizando-se da estrutura do órgão para fins ilícitos. Para isso contava a ré com a conivência de seu pai e de outros servidores público lotados naquele órgão.

A sentença deve ser mantida em todos os seus termos. Por um lado restou demonstrada a prática de conduta ímproba pelos réus, por outro, as penas aplicadas são suficientes como reprovação da mencionada conduta. Diante disso, por concordar a infra-assinada com a motivação e fundamentação expostas na decisão condenatória, reporta-se a todos os seus termos para opinar pelo não provimento das apelações.

Recife, 20 de abril de 2015.

MARIA DO SOCORRO LEITE PAIVA
Procuradora Regional da República